

ESCOLA CÍVICO MILITAR: O CONSERVADORISMO PARA O NEOLIBERALISMO¹

Alexandre Lobo²

Resumo

As escolas cívico-militares (ECIM) são escolas civis que adotam o modelo de disciplina militar e entendem que o mesmo é um fator de êxito educacional em zonas periféricas. Pretendemos investigar os pressupostos implícitos dessa concepção. Contextualizando de forma socioeconômica tal proposta, percebemos que o contexto é de agravamento da exclusão social frente à precarização do trabalho e ao aumento da desigualdade. No contexto ideológico de domínio neoliberal, a solução parte do indivíduo empreendedor, átomo social, empresário de si mesmo. Nesse sentido, o papel das ECIM é preparar o indivíduo, por meio da disciplina, para o mercado ante o ambiente desfavorável do desemprego. Assim, neoliberalismo e conservadorismo comungam para a preservação da ordem.

Palavra-chave: Neoliberalismo; Conservadorismo; ECIM; Disciplina

ESCUELA CÍVICO-MILITAR: DEL CONSERVADURISMO AL NEOLIBERALISMO

Resumen

Las Escuelas Civico Militares (ECIM) son instituciones civiles que adoptan el modelo de disciplina militar, entendiendo que este es un factor de éxito educativo en zonas periféricas. Nuestro objetivo es investigar los supuestos implícitos de esta concepción. Al contextualizar socioeconómicamente esta propuesta, observamos un escenario de creciente exclusión social, marcado por la precarización laboral y el aumento de la desigualdad. En el marco ideológico del dominio neoliberal, la solución recae en el individuo emprendedor, átomo social y empresario de sí mismo. En este sentido, el papel de las ECIM es preparar al individuo, mediante la disciplina, para el mercado, enfrentando un entorno adverso de desempleo. Así, neoliberalismo y conservadurismo convergen en la preservación del orden establecido.

Palabra clave: Neoliberalismo; Conservadurismo; ECIM, :Disciplina.

CIVIC-MILITARY SCHOOLS: FROM CONSERVATISM TO NEOLIBERALISM

Abstract

Civic-military schools (ECIM) are civilian institutions that adopt a military discipline model, considering it a factor of educational success in peripheral areas. We intend to examine the implicit assumptions behind this conception. When contextualizing this proposal socioeconomically, we observe a scenario of worsening social exclusion amid labor precarization and increasing inequality. Within the ideological framework of neoliberal dominance, the solution emerges from the entrepreneurial individual - the social atom, self-made entrepreneur. In this sense, ECIM's role is to prepare individuals through discipline for the job market despite the unfavorable environment of unemployment. Thus, neoliberalism and conservatism converge to preserve the established order.

Keywords: Neoliberalism; Conservatism; ECIM, Discipline.

¹ Artigo recebido em 11/06/2025. Aprovado em 21/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68194>

² Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em História (UFRGS), Licenciado em História (UFRGS), Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), Professor de Sociologia no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Osório (IFRS). E-mail: alexandre.sousa@osorio.ifrs.edu.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2119008180783257>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6929-749X>.

Introdução

Nosso objeto de estudo são os pressupostos que estão por trás da implantação das escolas cívico-militares, as ECIM. Partimos da hipótese de que estas são parte de um processo que articula o discurso ideológico neoliberal, a precarização das condições de vida em geral, e, em específico, o do trabalho. Temos como pressuposto as múltiplas determinações dos fenômenos, assim, para que possamos compreender o sentido das escolas cívico-militares, precisamos entender esse fenômeno circunscrito em múltiplas determinações, em seu contexto social, econômico, político e ideológico.

Primeiramente, elas distinguem-se das escolas militares, escolas destinadas à formação de militares. Já as escolas cívico-militares são uma proposta de adoção da disciplina militar para a população civil. Devemos nos perguntar então quais os objetivos dessa proposta, quais os pressupostos e intenções. Outra questão fundamental é responder a quem se destina. Em um nível explícito, o público-alvo descrito em sua proposta, e em um implícito, a quem interessa essa disciplina? Ou melhor, quem a entende como necessária? E necessária para quê? Procuramos então entender as escolas cívico-militares dentro de um contexto econômico que lhe dá concretude, de uma perspectiva ideológica que lhe justifica e confere o caráter, se não “natural”, normal enquanto fluxo necessário da história.

As escolas cívico-militares podem ser entendidas dentro de sua correlação com o conservadorismo, o neoliberalismo, a reforma trabalhista, e, principalmente, o contexto socioeconômico de precarização das relações trabalhistas. A defesa desse modelo de escola é feita por grupos autodenominados conservadores, tanto enquanto público em geral como por políticos que propõem e implementam tais propostas. E os grupos que as implementam seguem uma concepção de políticas públicas que se aproximam do liberalismo. Assim, para responder a essas questões, o texto segue os eixos: conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo, conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo no Brasil, reformas no Brasil, e, por fim, as escolas cívico-militares.

O conservadorismo

Segundo o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, conservadorismo tem relação com “ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema existentes e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraponto das forças inovadoras” (Bonazzi, 2000 p 234). Embora o que consideremos extrema direita se declare conservadora, não necessariamente é uma exclusividade. Para Bobbio (1994) atitudes tidas como conservadoras podem ser tomadas também por grupos do campo político da esquerda. No rigor da palavra, conservadorismo significa conservar. A questão básica seria conservar o quê? Poderíamos pensar nas convicções dos tradicionais burocratas da União Soviética ante a Peretróika. Pode-se dizer também que determinados grupos de esquerda, hoje, são refratários ao que se convencionou chamar de questões identitárias.

Na visão de Bobbio, esquerda e direita referem se basicamente a compreensão de que a desigualdade, para a esquerda, é um produto social, e para a direita, trata-se de uma necessidade de caráter natural, desigualdade de gênero, etnia e mesmo de classe, não podem ser contestáveis, pois são naturais. Indo além de Bobbio, podemos entender a questão entre esquerda e direita, em uma perspectiva histórica, entre a dicotomia capital x trabalho, sendo que a defesa do primeiro, próprio da direita e a do segundo próprio da esquerda, já desde a revolução francesa. Do ponto de vista do capital, ou melhor, do capitalista, é importante defender a necessidade de desigualdade. Do ponto de vista do trabalho, a questão é o entendimento dos processos de apropriação de mais valor como formas de produzir desigualdade. Na questão do conservadorismo, são níveis distintos pensarmos no rigor conceitual da palavra em relação ao cotidiano. A configuração em geral do conservadorismo vincula-se às tradições. No caso nosso, o questionamento básico é em relação a “quais” tradições, o que será abordado mais adiante.

Liberalismo e neoliberalismo

Para que se evite equívocos interpretativos desnecessários, é importante entender que tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo, enquanto teoria, política pública, e ideologia e sua “pulverização”, são fenômenos distintos, bem como suas

periodicidades não são as mesmas. Embora esses planos convirjam, devemos ver como eles se relacionam e se influenciam. Como seria demasiadamente complexo nesse espaço o desenvolvimento da questão, ficamos apenas com alguns apontamentos.

É possível situar historicamente o liberalismo e o neoliberalismo em termos teóricos e enquanto política pública em períodos distintos. A questão ideológica é referente a como essas ideias e políticas são absorvidas por uma população, como elas são entendidas pelos seus receptores, que não são necessariamente leitores dos teóricos liberais. As formas de recepção do liberalismo ou do neoliberalismo são, desde a leitura direta de seus autores, leitura indireta, por meio de comentaristas, de diversos níveis, acadêmicos ou formadores de opinião, livros, revistas, jornais, ou ainda, nos dias contemporâneos, por meio de vídeos, mensagens nas redes sociais, ou ainda a vivência das políticas sociais, como as privatizações de serviços, por exemplo.

Essas recepções das ideias liberais ou neoliberais, em diversos níveis de complexidade, podem ir formando ferramentas de leituras de uma realidade mais ampla, de forma consciente ou não, ou seja, constituindo uma ideologia, dito de outra forma, transformando os preceitos do liberalismo em curso natural e inevitável da história. É necessário também distinguir o que se é dito pelos meios de comunicação que se caracteriza como liberalismo ou neoliberalismo, e o que é recebido, entendido, digamos assim, pelos consumidores dessas ideias e como esses as divulgam.

O liberalismo, enquanto teoria, tem origem na Revolução Inglesa do século XVII e sua reação ao absolutismo com o burguês inglês John Locke (1632-1704). Segundo Leonel Mello, Locke “entende que os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza” (Mello, 2006, Kindle localização 1364-1365). Contrapondo-se ao pressuposto de Hobbes de que os homens são essencialmente maus e por isso devem ter sus direitos de liberdade depositados no Estado. “Os direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade constituem para Locke o cerne do estado civil e ele é considerado por isso o pai do individualismo liberal” (Mello, 2006. Kindle localização 1433-1434). O indivíduo é possuidor de seu próprio corpo, dono de si, assim, temos o princípio da propriedade,

e por esse princípio, a liberdade de dispor do corpo, diga-se, de uma propriedade, conforme a vontade individual.

O pai do liberalismo econômico é Adam Smith, com sua “Riqueza das Nações”, publicado em 1776 (Heilbtonet, 1996) defende a famosa teoria da “mão invisível do mercado”, em que o egoísmo individualista seria o motor do progresso coletivo. Na concorrência, na medida em que os indivíduos buscam ser melhores que os demais, haverá sempre uma melhora dos produtos a serem oferecidos. O consumidor também busca o melhor para si, assim como o vendedor/produtor quer vencer a concorrência. O egoísmo e o interesse próprio movimentam os diversos indivíduos, de forma natural por meio do mercado, ou seja, por meio da oferta e procura, a roda do progresso coletivo. Para René Rémond, o liberalismo é

também de uma filosofia social individualista, na medida em que coloca o indivíduo à frente da Razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade; o liberalismo não conhece nem sequer a existência dos grupos sociais (Rémond, 1976. p 26).

O indivíduo é o átomo social, o princípio fundante da sociedade, e caracteriza-se pela liberdade e propriedade de seu corpo, e nesse sentido, é superior a qualquer agrupamento social onde se perderia. Os grupos, e o Estado, portanto, tem de ser resultado da escolha livre dos indivíduos, que, livremente escolhem conviver uns com os outros.

Em seu início, enquanto política, opondo-se ao absolutismo, o liberalismo é Constitucional, de caráter inicialmente jurídico, definido por escrito, pelos anos de 1802, 1830. Trata-se de contrapor-se aos regimes absolutistas de direito consuetudinário, da garantia da estabilidade das relações de propriedade e comerciais e da garantia da aplicabilidade dos contratos, de suas efetivações. No caso, da garantia da posse e da liberdade em relação à propriedade sua mediação, o dinheiro. Só mais tarde, as questões sociais econômicas substituem a questão jurídica, não sendo, de forma alguma, democrático “em lugar nenhum o liberalismo adota o sufrágio universal e quando este é introduzido, é sinal de que o liberalismo cedeu lugar a democracia” (Rémond, 1976, p. 41). Sua concepção de participação no processo político é patriarcal e censitário, ou seja, mesmo na França Revolucionária, era necessário ser homem e com renda para poder votar.

Nesse sentido, embora a liberdade e a igualdade jurídica sejam seus pilares, para o liberalismo, “o dinheiro é um princípio libertador (...) Compra, venda,

remuneração, fora daí não há salvação” (Rémond, 1976, p. 45-46). Como consequência, apenas quem é proprietário, detentor do dinheiro é de fato cidadão ativo, votado e votante.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) situam o início da crise da política liberal já na segunda metade do século XIX, e na Primeira Guerra Mundial o seu fim. A atuação de Otto Von Bismark, na Alemanha, com uma série de leis trabalhistas, e a falência da livre concorrência expressa na formação de cartéis e o desenvolvimento do imperialismo colocariam por terra a utopia liberal. Surge o que eles chamam de “novo liberalismo”, que não seria ainda o neoliberalismo, mas um liberalismo “reformista”, com o objetivo de salvar o capitalismo e tendo como salvador o Estado. Nesse novo liberalismo, a la Keynes, o papel do Estado não é acabar com o mercado, mas, ao contrário, criá-lo. O neoliberalismo, propriamente dito, tem origem no Colóquio Walter Lippman em 1938, Paris, e é “a primeira tentativa de criação de uma “internacional neoliberal que se prolongou em outros organismos” (Dardot e Laval, 2016, p. 72). Não se tratava de uma construção unificada de pensadores liberais, mas o que tinham em comum era a contraposição a um Estado Autoritário. O resgate do liberalismo clássico e seu preceito “anti-Estado” ocorreria, entre diversas correntes neoliberais, em 1947 com a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, reunindo personalidades como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises.

Tanto as teorias liberais quanto as neoliberais são produzidas por diversos autores, tornando-as diferentes entre si. Podemos pensar que o denominador comum entre teorias tão diversas é a concepção de que a unidade básica da sociedade é o indivíduo e sua liberdade e a concepção político econômica é a supremacia do mercado e a sacração da propriedade privada. As variantes ocorrem por conta da concepção do papel do Estado para a regulamentação ou mesmo para a garantia da existência e coordenação das relações básicas entre demanda e oferta, entre relações de mercado.

Em termos de consagração acadêmica, a teoria liberal tem “rentabilidade acadêmica” com o Nobel de economia, concedido pela elite bancária sueca (Harvey, 2005) para Hayek em 1974 e Friedman em 1976. Pablo Gentili situa a entrada do neoliberalismo nos referenciais teóricos, e, digamos, ideológico, entre os economistas e a mídia com “Liberdade de Escolha”, de Friedman, que vendeu mais de 400 mil exemplares no início dos anos 80 enquanto que “O caminho da servidão”, de Hayek,

de 1944 teve pouca repercussão. Gentili entende que nos anos 40 era inconcebível para a maioria dos pensadores, e população em geral, a ausência do Estado na regulamentação econômica. Mas já ao fim dos anos 70, o trabalho ideológico de legitimação do mercado acima do Estado já estava feito. (Gentili, 1996) Para David Harvey (2005),

o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as funções humanas no domínio do mercado (Harvey, 2005, p. 13).

O problema do Estado, para eles, é que sua vocação reguladora, da economia à vida privada, tende ao totalitarismo. Segundo Dardot e Laval,

No fundo, o gulag e os impostos eram apenas dois elementos de um mesmo continuum totalitário. (...) houve uma reviravolta na crítica social: até os anos 1970, desemprego, desigualdades sociais, inflação e alienação eram “patologias sociais” atribuídas ao capitalismo; a partir dos anos 1980, os mesmos males foram sistematicamente atribuídos ao Estado. O capitalismo deixou de ser o problema e se tornou a solução universal. Essa era a mensagem das obras de Friedman a partir dos anos 1960” (Dardot e Laval, 2016. p. 266-267).

Em termos de política pública, a primeira experiência ocorreu no Chile do ditador Augusto Pinochet. Economistas chilenos treinados e financiados nos EUA pela escola de Chicago tiveram como missão a reversão de nacionalizações ocorridas no governo de Salvador Allende, a privatização de ativos públicos, recursos naturais (pesca e madeira) para a iniciativa privada, privatização da educação superior e da seguridade social, em prol do livre comércio. Das nacionalizações mantiveram somente o cobre sob o controle estatal.

O contexto da origem do neoliberalismo situa-se, em primeiro momento, no contexto da guerra do Vietnã, quando o Estado estadunidense mostra os efeitos destrutivos de sua ação, e tem seu desenvolvimento a partir da primeira crise do petróleo, que provocou um aumento dos gastos públicos e uma diminuição de gastos públicos. O Estado de Bem Estar social, agora decretado em crise, havia diminuído os lucros das grandes empresas e reduzido a desigualdade social. O neoliberalismo vinha como uma forma de resgate de privilégios.

Depois da implantação das políticas neoliberais (...) o 1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2 % em 1978 para 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana da população trabalhadora e os salários dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 por 1 em 1970 a quase 500 por volta de 2000 (Harvey, 2005, p. 26).

É ainda no governo Carter que se inicia os processos de desregulamentação da economia ante a estagflação, nos anos 1970, mas é a partir de 1979 que o neoliberalismo se consolida, com Margareth Thatcher abandonando o keynesianismo e proclamando: “a sociedade não existe, o que existe são os indivíduos” (Harvey, 2005 p 32). Nos Estados Unidos, ainda em 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank, adota a política de conter inflação a qualquer custo, como por exemplo, indo das das taxas de juros negativas à 20% em julho de 1981 (Harvey, 2005 p 32) .

Com a vitória de Ronald Reagan sobre Carter, em 1980, há uma adesão à política de Volcker promovendo cortes de impostos, diminuindo orçamento e realizando ataques a sindicatos. O salário-mínimo federal cai em 30 % na década de 80 a 90. Essa concepção de que o Estado e o governo atrapalham os “bons” fluxos do mercado foi transformada por Ronald Reagan “O governo não é a solução, é o problema” (Dardot; Laval, 2016 p. 267), embora o Estado vá servir para fazer a guerra dominando outros países.

A questão da popularização do termo tem relação com a forma em que ele é incorporado no vocabulário do senso comum e utilizado pelos meios de comunicação. Em termos ideológicos, tem relação com o formato em que uma teoria se apresenta como uma verdade incontestável, cujos princípios e pressupostos se baseiam na natureza das relações sociais. Desta forma, mascara-se relações de classe em uma lógica economicista. Ainda uma outra esfera do liberalismo seria o efeito real de sua ação enquanto política pública. Podemos entender a ausência de políticas sociais, justamente como uma política intencional da ausência. É um processo de naturalização tanto da

ineficiência do Estado quanto da eficiência do mercado. As instituições públicas devem então ter como parâmetro o mercado. Até a escola deve seguir como uma empresa, na mesma lógica, “as políticas neoliberais não foram implantadas em nome da “religião do mercado”, mas em nome de imperativos técnicos de gestão, em nome da eficácia, ou até mesmo da “democratização” dos sistemas de ação pública (Dardot; Laval, 2016 p. 293-294).

Sendo, portanto, Estado ineficiente por definição, seu papel é garantir ao indivíduo e ao mercado, a liberdade, com garantias e segurança. Outro papel do Estado consiste na regulamentação do dinheiro, o mediador entre demandas e ofertas. As políticas públicas devem então garantir a maximização das condições do mercado. A própria política deixa de ser um jogo de interesses entre grupos e passa a ser um instrumento para a viabilidade mercadológica.

Assim, “a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em ‘desideologizar’ as políticas seguidas, a ponto de não serem sequer objeto de debate” (Dardot; Laval, 2016, p. 307). Não se trata mais de fornecer saúde e educação de forma que não envolva fins lucrativos. O curso natural é o produto, e não o serviço. Serviços essenciais passam a ser produtos oferecidos pelo Estado, principalmente por meio de empresas privadas terceirizadas. Como é natural que essas empresas tenham a lógica do lucro, é a concorrência entre elas que as faz prestarem serviço melhor do que seria se fossem oferecidos diretamente pelo Estado. Acesso à educação ou saúde pode ser feito por meio de bônus distribuído pelo governo.

A concepção de liberdade no liberalismo é referente ao indivíduo dentro das relações de oferta e demanda, não uma concepção coletiva, é em relação ao que eu posso fazer, não ao que nós, ou seja, sem compromisso pelo outro, sendo a única baliza o mercado. Desta forma, ditaduras como a chilena de Pinochet ou mesmo de um modelo disciplinar de escola, as ECIM, não estão em contradição com a capacidade individual de escolha. São as organizações não privadas a ameaça à capacidade de escolha. É o Estado e o sindicato que tolhem a capacidade de negociação sobre o próprio salário e trabalho de um indivíduo e promovem, por meio da mediocridade, a estagnação. Os benefícios do serviço público desestimulam o empreendedorismo a produtividade, uma vez que sem a meritocracia o indivíduo não precisa fazer esforço para satisfazer suas necessidades. Paradoxalmente, o Estado usa a força, a ditadura política, para impor a democracia de mercado e a garantia da liberdade de escolha na relação oferta e procura.

É em nome desta liberdade, pautada na individualidade, que os neoliberais entendem que, se for necessário, que se rompa, paradoxalmente, com a democracia para que aflore a liberdade mercantil. Em síntese, a democracia é desejável, mas não é condição indisponível (Harvey, 2005). Escolher é um imperativo, mesmo que seja dentro de um Estado que negue as escolhas políticas. Para Dardot e Laval,

a “liberdade de escolher” identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha “com toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse (Dardot; Laval, 2016, p. 275-276).

A questão é que o escolher politicamente está para o cidadão assim como o escolher no mercado está para o consumidor/usuário. O indivíduo deve ter sua capacidade de escolha, dentro do mercado, garantida pelo Estado, mesmo que não possa escolher determinado produto ou serviço por não ter condições econômicas. Aliás, a ampliação das possibilidades de escolhas, frente ao mercado, está relacionado com o ideário meritocrático, relativo ao esforço individual, ou seja, não é a condição econômica que limita a capacidade de escolha, mas sim o empenho que amplia. Nesse sentido, o uso dos serviços públicos, monopolizado pelo Estado, significa não a capacidade de usufruir gratuitamente de saúde ou educação, mas a impossibilidade de escolha de que tipo de educação ou saúde se quer, por exemplo.

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização), criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a “obrigação de escolher” para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como “realidade”, isto é, como única “regra do jogo”, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 276).

O mercado, lugar de compra e venda de mercadoria, inclusive a humana, passa a ser o único “espaço” aceitável, de regras que regulamentem as ações humanas. Saúde, como por exemplo, se vacinar ou vacinar os filhos, ou a escola laica ou de caráter religioso, são escolhas necessárias e relativas à responsabilidade exclusiva do indivíduo. No máximo, o Estado deve fornecer os recursos, para quem não dispõe de condições para o acesso, não o serviço. Temos então o sistema de bônus em que o indivíduo pode escolher um plano de saúde ou uma escola privada.

Conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo no Brasil

Embora o significado do termo conservadorismo seja um tanto amplo, é utilizado por grupos que se dizem defensores da família, da religião, e das tradições. Diga-se que a concepção de família é especificamente aquela heterossexual, liderada por um homem, a religião é a cristã, preferencialmente evangélica pentecostal, e tradições, oriundas das classes dominantes.

A origem do conservadorismo no Brasil, segundo Dunker (2021), é já no período Imperial com as questões relativas ao abolicionismo. No século XX a expressão do conservadorismo é José Osvaldo Meira Penna, diplomata, que entendia que o problema era o excesso de erotismo na cultura brasileira. Ele foi um crítico da Constituição de 1988 por entender que o estado estava se caracterizando como grande e opressor. Seu livro “Psicologia e subdesenvolvimento”, lançado em 1967, retrata o Brasil como sociedade erótica contraposta a sociedade lógica. Em 1986 com Ricardo Vélez Rodriguez (médico de formação) funda “A sociedade Tocqueville”, futuro Instituto Mises Brasil, com ideários liberais contrários ao Estado de Bem Estar Social.

Para Dunker, outro momento do conservadorismo, já se comungando com o neoliberalismo, é nos anos 1990, com o desenvolvimento do Pentecostalismo de resultados. “Essa gramática não aposta mais na salvação coletiva (...) mas na individualização da salvação, na qual a religiosidade é mero meio e suporte” (Dunker *et.al*, 2021, p. 239). Religião significando, supostamente, os valores tradicionais morais cristão, aliada ao princípio de prosperidade empreendedora.

Foi a partir das explosões das manifestações contra o governo Dilma que o discurso conservador ganhou voz nas manifestações de rua. A sequência “jornadas de julho de 2013”, oriundas dos movimentos contrários ao aumento do preço das passagens dos coletivos, ganhou a pauta conservadora. Se nos perguntarmos que pode significar “conservar” no Brasil, podemos entender que se trata de conservar sociedade brasileira tal como ela é e foi. No século XXI, para Luis Felipe Miguel (2018), “a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa” (Miguel, 2018, p. 16). Conservar as estruturas sociais, culturais e políticas da tradição brasileira significa preservar, no

discurso, os valores cristãos, mas na efetividade, a sociedade patriarcal, desigual, misógina, homofóbica, racista.

Paradoxalmente, nessas manifestações assumidamente conservadoras, na pauta discursiva está a defesa da Democracia. A aparente contradição discursiva daqueles que defendem a volta de um regime militar, a família e a religiosidade branca, junto com a democracia, pode ser entendido a partir do conceito de “significante vazio”, Segundo Celi Pinto (2019), é um conceito desenvolvido por Ernesto Laclau que nos ajuda a desvendar esse paradoxo discursivo.

Trata-se de uma “inflação” entre significado e significante. Carecendo de um rigor teórico de suporte, o termo “democracia” é utilizado no discurso de uma forma tão diversa, com tantas referências que, por fim, acaba se esvaziando de um significado. O termo é entendido de uma forma genérica, sem referências, sem parâmetro. É usual, cotidiano, corriqueiro, mas sem a devida preocupação com seu significado. Um termo que é visto, a princípio, como positivo, e, justamente por isso, é empregado em contextos diversos e até contraditórios. Em nome de uma liberdade, e da possibilidade de se ter liberdade, ou seja, em se viver num sistema democrático que se associa a ideia de liberdade, pode-se, paradoxalmente, defender um regime que não representa a defesa da liberdade. Vejamos, a partir de uma concepção difusa de esquerda, associa-se esta ao Estado, e, de forma direta, associa-se o Estado ao nazismo.

Conclui-se, portanto, que, sendo a esquerda defensora do Estado, e, sendo o nazismo um regime estatista, logo, é de esquerda. Nesse sentido, entendendo-se que a ditadura militar era a defesa da liberdade individual ante a ameaça comunista dos anos 60, logo, a ditadura militar era defensora da democracia. Assim, é possível defender a volta da ditadura militar, entendido como regime militar, a família tradicional cuja a autoridade principal é o homem, a superioridade branca e a democracia, a liberdade dos negros continuarem onde sempre estiveram em nossa sociedade, em posições servis, em serviços domésticos na casa grande.

A “aparição” política do liberalismo é antiga, ocorre já no fim do governo imperial. Segundo Alfredo Bosi (1998) é o abolicionista Joaquim Nabuco que situa um novo liberalismo, contraposto ao antigo liberalismo, da primeira metade do século XIX, que o era somente em termos, pois ignorava o problema da contradição entre uma ideia, mesmo que vaga, de liberdade e trabalho escravo, apareceria na segunda

metade do século, oriundo dos cafeicultores paulistas. Entre as várias características do liberalismo de primeira fase, tratava-se principalmente de defender a liberdade de comércio, pois “Liberal, pôde então, significar conservador da liberdade (recebida como instrumento colonial e realçada pela expansão agrícola) de submeter o trabalho escravo mediante coação jurídica” (Bosi, 1998, p 200). Dessa forma, não é exatamente uma ideia fora do lugar, sendo que o valor maior é a liberdade de comércio. Tratava-se de uma linha progressista que está mais preocupada com os processos de imigração do que propriamente com a abolição.

Assim, esse liberalismo é defensor de uma liberdade restrita a um grupo, uma classe, que num jogo de palavras para a sua própria legitimação, justifica a restrição de liberdade a outro grupo, outra classe. Mas, não faremos uma história do liberalismo brasileiro aqui, iremos dar um pulo no tempo, pois de lá pra cá, tivemos na política oligarquias, ditaduras, desenvolvimentismos. Então, em termos de política pública, o neoliberalismo inicia-se com o Governo de Collor de Mello, com políticas de abolição ou diminuição de taxas de importação. O desenvolvimento neoliberal ocorreu com Fernando Henrique Cardoso com a intensificação das privatizações. Os governos petistas não rompem com essa lógica, embora não a aprofundem e não estatizem o que foi privatizado. Ao contrário, são implementadas as PPP, parcerias público-privadas. Por meio da lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 o governo cede concessões de serviço público a empresas privadas. Basicamente, são recursos públicos destinados à iniciativa privada que presta os serviços.

No governo Temer, de posteriormente no governo Bolsonaro, temos as reformas trabalhistas, desenvolvendo o neoliberalismo nas questões trabalhistas. Para adequar a educação à reforma trabalhista, o governo Temer realiza uma reforma na Lei de Diretrizes de Base, preparando o educando para um mundo de trabalho pautado na precarização. Na educação, o governo Bolsonaro inspira-se em políticas que já existiam em níveis Estaduais e cria as ECIM sob o estímulo federal.

Temos então aqui alguns elementos: o neoliberalismo como ideologia – no sentido de um conjunto de ideias que fornecem leituras fragmentadas da realidade como se fossem um todo, e que naturaliza e individualiza questões sociais como a pobreza – ao colocar a precarização do trabalho como resultado do natural desenvolvimento do sistema de produção, e da subordinação da educação ao mercado de trabalho, as próprias reformas trabalhistas e educacionais, e o

conservadorismo se expressando no sistema educacional por meio das ECIM. Para entender esses fatores, é necessário buscar a sua materialidade. Essa materialidade pode ser expressa nos resultados concretos das políticas neoliberais. Em primeiro momento, quais agentes estão por trás dessas políticas? É preciso entender que o que é dito pela mídia tradicional como bom, deve-se questionar: bom para quem?

Concretamente, estamos vivendo num mundo de perda de direitos que resulta na precarização da qualidade de vida, tanto no trabalho, quanto no cotidiano. Por outro lado, vivemos num processo de concentração de renda e riqueza. Diante deste contexto, a solução é sempre desmobilizar as massas, mantê-las passivas diante da sua própria situação. A culpa é do sistema, mas quê sistema? Sistema aqui se torna mais um significante vazio. É preciso que o indivíduo culpe um genérico e demasiadamente abstrato sistema, e entenda que a sua salvação é sua responsabilidade. Essa responsabilidade pode se dar por dois fatores, ou por esforço ou por fé. No caso do esforço, uma das possíveis soluções, ou explicações para o fracasso, seria a falta de disciplina. O fracasso escolar ou o desemprego estariam relacionados a falta de disciplina, diga-se de submissão. Observa-se, nesse sentido, que a proposta de implantação das ECIM's é em lugares de vulnerabilidade social, ou seja, de pobreza, criminalidade (indisciplina).

A reforma trabalhista e a precarização no mundo do trabalho

Na última década, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações que resultaram na precarização dos postos de trabalho. Além da questão tecnológica que instituiu o trabalho por plataforma, transformando profundamente as relações de trabalho, temos a legitimação e legalização desse processo por meio das Reformas Trabalhistas. O desenvolvimento tecnológico tem substituído cada vez mais o trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando a diminuição dos postos de trabalho formais e aumentando os informais de precarizados, entendendo-se por precarização o processo de perdas de direitos e degradação das condições de trabalho (Antunes, 2020).

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobre trabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no

maquinário científico-tecnológico-informacional (Antunes, 2020, p. 35).

Para Karl Marx, “o capital é trabalho morto que, como vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (Marx, 2016, p. 271). Na dialética da produção de mercadorias o trabalhador se aliena ao ser despossuído do fruto de seu próprio produto, tornando o capitalista mais rico enquanto se torna mais pobre (Marx, 2004).

A importância sempre crescente do trabalho passado, que coopera no processo de trabalho sob a forma dos meios de produção, é atribuída à figura do capital, essa forma estranha ao trabalhador que não é mais que o trabalho deste, anteriormente realizado e não pago (Marx, 2014, p. 715).

O trabalhador realiza o trabalho vivo, produzindo mais-valia, utilizando-se de ferramentas e insumos que são o resultado de um outro trabalho já realizado, o trabalho que já teve sua mais-valia extraída e que está contido nos meios de produção ou mesmo em uma mercadoria. Temos por exemplo os robôs da Toyota substituindo os operários em atividades mais simples e braçais ou então ao pedágio por câmera, registrando a placa de um veículo que trafega em uma rodovia, substituindo toda uma estrutura de pedágio físico que envolve manutenção física, e como consequência, a presença de empregados. Essa precarização tem transformado o formato de trabalho dando origem à uberização, modelo derivado da plataforma de viagens Uber. Segundo Ricardo Antunes,

A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo assim a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e exploração do trabalho (Antunes, 2020, p. 11).

O trabalho intermitente, por exemplo, criado pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, artigo 452 (Brasil, 2017) em que não há uma jornada de trabalho específica, permite que o empregador convoque o empregado para um trabalho por um tempo específico. O tempo de “espera” por um trabalho, ou seja, uma remuneração, não é entendido como um tempo à disposição, pois, a princípio, o empregado pode recusar o trabalho ou ainda, neste período e espera, aceitar trabalho de outro empregador. Seus direitos serão relativos apenas ao período trabalhado. O trabalho intermitente é apenas um exemplo da precarização do trabalho.

O desenvolvimento tecnológico trouxe o que Ricardo Antunes chama de infoproletários, que são aqueles que têm trabalhos precarizados em meio aos processos de informatização da sociedade em geral. No início eram as empregadas dos telemarketings, quando estas ainda não tinham sido trocadas por Inteligências Artificiais, passando por testadores de programa, ou ainda hoje, os alimentadores de plataformas de busca tidas como Inteligência Artificial. Estes trabalhadores precarizados da informática, segundo uma matéria da BBC, ganhavam em julho de 2024 em torno de 500 reais por mês (Vilic e Brito, 2024).

Para encobrir esse processo de precarização e esconder os efeitos da Reforma Trabalhista de Temer, observa-se que a imprensa em geral, e até mesmo os governos, trocaram os termos de empregado, aquele que, a princípio, tem um trabalho regular, legalizado, regido por alguma norma, e desempregado, que pode ser um trabalhador informal ou alguém procurando emprego, por ocupado ou desocupado. O ocupado é de um universo maior que o empregado, pois refere-se a todos os que estão envolvidos com alguma atividade lucrativa ou que provenha algum recurso, ou seja, pode ser um trabalhador formal, com direitos, ou um trabalhador informal, sem direito algum. A solução apresentada é a criatividade, deve-se ser empreendedor, deve-se vender a si mesmo. Assim, as estatísticas são manipuladas, camufladas.

No contexto da precarização do trabalho temos a concentração de renda e riqueza. O contexto de concentração de renda e riqueza é o caminho liberal no Brasil. Segundo a Oxfam, a riqueza dos bilionários cresceu em 2024 três vezes mais que em 2023, sendo um aumento de 2 milhões de dólares por dia, enquanto 44% da população está na linha de pobreza, ganhando 2,14 dólares por dia. Dessa riqueza, 60% são oriunda de herança, corrupção e favoritismo ou monopólio. Apenas 8 pessoas detêm metade da riqueza do mundo, enquanto 800 milhões passam fome – 1% mais rico detém 99% dos recursos. Aqui no Brasil, segundo Salata (2024), os 10% mais ricos ganham em torno de 32,8 vezes mais que os 40% mais pobres. Esse índice tem se mantido constante desde a pandemia. O índice de Gini, que já foi de 0,582 no quarto trimestre de 2014, chegou a 0,626 no quarto trimestre de 2023. Os bilionários no Brasil em 2012 eram 74, em 2019, 206, e em 2024, 238 sendo que destes 62 são do setor financeiro, segundo a revista Forbes.

Os neoliberais gostam de afirmar que não existe café grátis. Sim, claro que não existe. O problema não é se é grátis ou não, o problema é quem paga. E no caso do

Brasil, o pobre paga o café do rico devido a nossa estrutura tributária. Baseado em estudos do Instituto de Estudos Sócio Econômico, Ladislau Dowbor (2017) nos mostra a desigualdade nos impostos, no Brasil os impostos sobre patrimônio, em 2011, chegaram a 3,7% da arrecadação, na fatia de 1,3 % do PIB, enquanto que no “ultraliberal” EUA, foi de 12,15%. A incidência em geral dos impostos brasileiros penaliza o pobre, pois o imposto sobre o consumo, no mesmo ano, representou 55,7% do total da arrecadação, correspondente a 19,7 % do PIB. O consumidor é o pobre, enquanto o rico é o investidor. Quanto mais baixa a renda, maior o percentual do consumo, principalmente com alimentação, moradia, vestuário e transporte. Quanto maior a renda, mais sobra e mais se transforma renda em patrimônio.

A relação do trabalho com a educação manifesta-se no entendimento de que o sistema de ensino deve pautar-se na demanda por emprego. No início da industrialização, entendia-se que os sistemas educacionais deveriam expandir-se e popularizar-se, pois bastaria oferecer educação que a população entraria no mundo do trabalho industrial gerando riquezas e investimentos. Era a promessa integradora, segundo Pablo Gentili (2005), da escola como instituição responsável pela integração do indivíduo na sociedade industrial. No auge do Estado de Bem Estar Social, no pós segunda guerra, surge a Teoria do Capital Humano, segundo a qual, os investimentos do Estado na Educação atraíam investidores, que, por sua vez, geram empregos. Com a crise do Petróleo da década de 1970 e a decadência da social-democracia, a promessa integradora não é cumprida. A compreensão do papel da educação não é abandonado, mas ocorre uma mudança no enfoque, o Estado, que era então o agente integrador ao promover a Escola, perde espaço para o indivíduo:

Passou-se de uma lógica da integração em função das demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc.) para uma lógica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho (Gentili, 2005, p. 50).

Em um formato “a la carte” a sorte e o destino educacional passam a ser responsabilidade do indivíduo.

As escolas cívico-militares

Uma primeira distinção necessária é entre as escolas cívico-militares e as Escolas Militares. Enquanto que estas segundas são destinadas à formação militar propriamente dita, das forças armadas ou polícias militares, frequentada em maior parte filhos de militares, as escolas cívico-militares são para civis que não querem, em maioria, seguir a vida militar, mas entendem que a disciplina militar é a melhor forma de conter a chamada violência nas escolas e encaminhar os estudantes, por meio da disciplina, ao sucesso profissional (Lobo, 2024).

O governo federal, sob o comando de Jair Bolsonaro, criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) por meio do Decreto Lei decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (Brasil, 2019). Não era novidade, em Goiás, por exemplo, o modelo já existia desde 2007 com 6 escolas (Sales; Boas, 2023). A novidade do PECIM era a parceria do Ministério da Defesa e da Educação com os governos estaduais e municipais que quisessem adotar o modelo. O PECIM foi extinto pelo governo Lula, em 2023, mas não extinguiu as ECIMs que já existiam e nem proibiu que continuassem a ser implantadas pelos governos estaduais e municipais por meio de programas próprios. Em uma outra etapa da presente pesquisa, investigaremos a implantação das escolas cívico-militares na região do litoral norte gaúcho. Como as “fronteiras geográficas” são convenções humanas, há diversas definições de Litoral Norte gaúcho. A cidade de Osório, por exemplo, para o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, faz parte da região Meso metropolitana. Já o município de Santo Antônio da Patrulha não consta como Litoral Norte para o COREDE Litoral Norte, Conselho Regional de Desenvolvimento Litoral Norte, mas faz parte da 11ª Coordenadoria Regional de Educação que é responsável pelas escolas estaduais do Litoral Norte. Para nossos fins, escolhemos a definição da CRE por basicamente 2 motivos: Santo Antônio da Patrulha é o município de origem dos demais municípios da região, e por ser diretamente ligada com o nosso interesse que é a educação.

Em primeiro momento, nessa região, composta por 21 municípios, encontramos apenas 2 ECIMs, uma localizada em Tramandaí, outra em Capão da Canoa. A Escola de Tramandaí segue as diretrizes propostas pelo governo Bolsonaro, Escola Estadual de Ensino Médio Cívico-Militar Osvaldo Amaral, já a de Capão da

Canoa não é propriamente uma ECIM, mas o local de um programa educativo da Brigada Militar, Segundo o jornal “Correio de Tramandaí, de 10 de janeiro de 2018, , o programa “Formando Crianças para o Futuro” visa prevenir o uso de drogas entre os jovens por meio de aulas sobre temas como cidadania, drogas e meio ambiente. Por enquanto, como já foi afirmado no início.

Elaboraremos questionários que serão aplicados aos professores e ao público em geral (alunos e pais) visando retratar como ocorre e como é percebida a atuação dos militares no cotidiano escolar. Buscaremos investigar as visões, os motivos e as expectativas que levam pais, alunos e mesmo professores a frequentarem tais escolas. Também procuraremos tabular os índices educacionais, por meios de dados fornecidos pelo (IBGE) e pelo Ministério de Educação, como os resultados da Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio ENEM, alguns anos antes (período ainda a ser definido) e durante a aplicação do PECIM. Esses dados serão comparados com os indicadores locais, regionais e nacionais para que possamos avaliar o grau de eficácia das ECIMs. É importante frisar que, por ocasião da elaboração do presente artigo, por se tratar de um fenômeno novo, em termos de política federal, não havia nenhum material bibliográfico relevante sobre o tema em específico.

A primeira questão é que o programa, na forma de lei, estabelecia que as ECIM seriam implantadas, preferencialmente, em escolas públicas situadas em zonas de vulnerabilidade social. Outro ponto importante é que, no discurso, não há alteração na questão pedagógica. Isso explica a ausência nos sites dos governos que implantam as ECIM de referências a teóricos que defendem o caráter pedagógico da disciplina. É como se, por ela própria, proporcionasse bons rendimentos educacionais. O aluno vai mal, tem baixos índices escolares por não se comportar bem, por viver em uma zona periférica em que o problema é a disciplina. Vejamos as implicações dessa concepção. Embora a disciplina não faça parte expressa da grade curricular, podemos pensá-la como parte do que Michel Apple chama de currículo oculto: “o ensino tácito das normas, valores e inclinações aos alunos, ensino que permanece pelo simples fato de os alunos viverem e lidarem com expectativas institucionais e rotinas escolares todos os dias durante vários anos” (Apple, 2004, p 48).

Além das disciplinas tradicionais, se aprende na escola a hierarquia, a incorporação das normas, os horários, os padrões de higiene, e, nas escolas cívico-militares, como é a própria proposta do projeto, a disciplina. É preciso nesse sentido

dominar um corpo que, por sua situação social, por suas necessidades, pode vir a se rebelar. Assim, é essencial domesticá-lo. A política governamental de Educação também é uma política de contenção social, de prevenção de conflitos. Para Dardot e Laval, “se governar é estruturar o campo de ação eventual dos outros”, então a disciplina pode ser redefinida, de forma mais ampla, como um conjunto de técnicas de estruturação do campo de ação que variam conforme a situação em que se encontra o indivíduo” (Dardot; Laval, 2016, p. 275). Se, por um lado, domina-se os corpos atomizados, ensina-os a se comportarem ante processos que os exclui da distribuição de recursos socioeconômicos.

Entendemos então que as escolas cívico-militares, dentro de um contexto de crescente desregulamentação das relações trabalhistas, acabam, por fim, cumprindo duas funções: uma, que seria propriamente a função de domesticação, de controle dos corpos dos alunos, tirar-lhes indícios de rebelião ao contexto periférico. Outra, seria um reforço do papel ideológico em seu caráter neoliberal. Uma média que, aparentemente, trata-se da disciplina, do controle da livre vontade dos corpos, no caso, dos alunos, por outro, na medida que associa a disciplina ao sucesso escolar, e como consequência, a vida econômica, reforça a ideia de que tudo depende do indivíduo. A liberdade individual de escolha é substituída pelo sucesso no mercado escolar e de trabalho. Mas esse sucesso é feito por meio da escolha de diminuição das possibilidades de escolha dentro do âmbito escolar.

O corpo fica limitado ao lugar da fila, ao lugar na classe, a obedecer aos professores, a aceitar os discursos disciplinadores. O como isso ocorre, como é essa disciplinarização, in loco, será outra etapa desta pesquisa.

Paradoxalmente, a restrição da capacidade de escolha, é uma escolha, do ponto de vista liberal. Uma vez que a perspectiva é atomista, ou seja, recai ao indivíduo, não existindo o social e o Estado é um agente que atrapalha, o sucesso pode ser obtido pela disciplina. O indivíduo então constrói seu caminho, e o melhor caminho do sucesso é a disciplina. Pobres são pobres porque estudam em escolas que não cumprem seu papel disciplinar, que não ensinam seus alunos a comportarem-se ante um mercado de trabalho exigente e competitivo. Para ter sucesso, é necessário estar entre os melhores, é necessário trabalho árduo, com o corpo pronto a responder às necessidades de mercado. Assim, resolve-se o paradoxo do neoliberalismo, a disciplina para o sucesso.

Considerações finais

Discorreremos de uma forma genérica sobre o que entendemos ser o contexto da implantação das escolas cívico-militares. Parafraseando David Harvey (2005), se as feras tivessem noção de suas forças, não seriam dominadas por um chicote. Mas é necessário que acreditem que o chicote é mais forte. É preciso convencer as massas precarizadas que a culpa de suas condições de precarização não é do sistema, é delas. E para esse convencimento, há diversas formas. Uma delas é propagar a crença de que a escola é garantia de ascensão social. Mas, se a escola não consegue responder às demandas reais da sociedade, é preciso desculpá-la, e culpar quem não a aproveita.

Assim, a melhor forma de aproveitamento escolar, para a periferia incivilizada, diga-se, precarizada, é a disciplina escolar. Fica sendo disciplinar-se a principal forma de aprender. Como se a questão cognitiva se limitasse a comportar-se. É importante domesticar corpos e mentes, é importante ensinar hierarquia e obediência. Assim, nas zonas periféricas, onde temos os mais vulneráveis, por um lado, e os mais violentos, que respondem com violência ao processo de violentamento/precarização, a criação das escolas cívico-militares. A solução para a desigualdade, para a situação precária de trabalho, ou mesmo para a ausência de perspectiva de futuro, é a disciplina.

Por trás da disciplina está a compreensão atomista de sociedade, o indivíduo é responsável pela sua própria condição. Esse é um mantra das ideologias liberal e neoliberal. A teoria neoliberal se torna ideologia na medida em que pretende tornar esse mantra um pressuposto imutável em sua base epistêmica. A liberdade, de forma genérica, ampla, e até mesmo contraditória, torna-se um dogma, divulgado na mídia e reproduzido pelos indivíduos.

Como esse trabalho faz parte de um projeto maior, nas próximas pesquisas, para além da importante fundamentação teórica, buscaremos entender “in loco”, como se dão as práticas pedagógicas cívico-militares, bem como estas estão representadas por seus usuários. O resultado dessa nova fase será transformado em outro artigo ou capítulo de livro.

Referências

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: O novo proletariado do serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3º edição.

BRASIL, **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999**, Brasília, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9786.html. Acesso em 26 de abril de 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.html. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

BRASIL, **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**, Brasília. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em 26 de junho de 2024.

BRASIL, **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em 12 de março de 2025.

BONAZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Editora UNB: Brasília. 1889. Versão CD ROM.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

CORREIO DE TRAMANDAÍ. **Brigada lança projeto social com alunos de Capão da Canoa**. Disponível em: <https://correiodetramandai.com.br/brigada-militar-lanca-projeto-social-com-alunos-de-capao-da-canoa/>. Acesso em 07 de fevereiro de 2025.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DOWBOR, L. **A Era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUNKER, C; PAULON, C; SNACHER, D; LANA, H; LIMA, R; BAZZO, R. Para arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte, 2021.

EDITORIAL, Neoliberalismo, Educação e Privação de direitos: Educação e Sociedade. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 141, p.865-872.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: SAVIANI, Demerval. **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados, 2005.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Loyola, 2005.

HEILBRONER, R. **A História do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. Atlas: São Paulo, 2000.

LOBO, A. Escola cívico militar: o conservadorismo para o neoliberalismo. In: **Anais Museu Pedagógico**, XV Colóquio Nacional e VIII Colóquio do Museu Pedagógico.

FORBES. **Bilionários do Brasil**. In: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/09/bilionarios-brasil-2024-os-10-maiores-do-mercado-financeiro/>. Acesso em 06 de março de 2026.

IPEA. **Milionários têm taxa tributária menor considerando impostos sobre lucro das empresas**. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15406-milionarios-tem-taxa-tributaria-menor-mesmo-considerando-impostos-sobre-lucros-de-empresas. Acesso em 07 de março de 2026.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, volume 1. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, volume 2. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, J. Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. Weffort. **Os Clássicos da Política - Coleção Fundamentos** - vol 1, Edição do Kindle.

MIGUEL, L. F. A Reemergência da Direita Brasileira. In: GALLEGO, Ester Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil (Coleção Tinta Vermelha)**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2018.

PINTO, C. R. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015) In: SOLANO, Esther, e ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas: A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RÉMOND, R. **Introdução à história do nosso tempo: O século XIX – 1815-1914**. São Paulo: Culturix, 1976.

SALES, F; BOAS, B. Linha de tempo: Militarização do ensino público brasileiro. In: **Nexo: Políticas Públicas**. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/09/26/militarizacao-do-ensino-publico-brasileiro>. Acesso em 08 de fevereiro de 2025.

SALATA, A. R; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 15, 2024 <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/desigualdade-nas-metropoles-renda-do-trabalho-cresceu-mais-para-os-ricos-do-que-para-os-pobres/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2025.

SILVA, T. T. da; GENTILI, P. **Escola S.A.:** Quem Ganha e Quem Perde no Mercado Educacional do Neoliberalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

OUTRAS PALAVRAS, **O novo mapa da desigualdade global.** 07/12/2021. In: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global>. Acesso em 26 de junho de 2024.

OXFAM. **Relatório 2024.** In: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desigualdade-nas-metrolopes-renda-do-trabalho-cresceu-mais-para-os-ricos-do-que-para-os-pobres/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2024.

SALATA, A. R; RIBEIRO, M. G. Boletim **Desigualdade nas Metr6lopes.** Porto Alegre, n. 09, 2022 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em 28 de junho de 2024.

SÃO PAULO, “**Programa Escola Cívico-Militar proposto pelo governo é aprovado pela Alesp**” In: <https://www.educacao.sp.gov.br/programa-escola-civico-militar-proposto-pelo-governo-e-aprovado-pela-alesp/>. Acesso em 26 de junho de 2024.

SENADO, **Pesquisa Nacional de Violência Contra Mulher.** In: <https://www9qs.senado.leg.br/extensions/violencia-genero-mashup/index.html#/pesquisanacional/pesquisa>. Acesso em 28 de junho de 2024.

VILIC, F; BRITO, S. **Os brasileiros que ganham R\$ 500 por mês para treinar inteligências artificiais.** In: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c511zzgypwdo>. Acesso em 11 de março de 2025.